

Os 150 anos do início da Guerra de Secessão dos Estados Unidos da América: resistências, memória e esquecimento

Aline Campos Paiva Moço*

As vésperas da comemoração do 150º aniversário do início da Guerra de Secessão presenciamos uma batalha nos diversos meios de comunicação e principalmente nos jornais dos Estados Unidos pela memória do que esta guerra significa atualmente. Notícias e editoriais expõem algumas das comemorações, desfiles, bailes e opiniões acerca do que os americanos querem recordar/comemorar e esquecer.

No dia 20 de dezembro de 2010, por exemplo, homens e mulheres de Charleston organizaram um baile solene, digno da aristocracia sulista dos Estados Unidos, o “Secetion Ball”, ou Baile da Secessão. Vestidos a caráter, com longos vestidos e imitações de uniformes confederados, eles comemoraram os 150 anos do início da Guerra de Secessão dos Estados Unidos. Mas comemoraram o início da guerra e não o fim. Estes eventos que servem para lembrar os bailes de despedida dos soldados confederados remontam a decisão de uma parte do país em se separar da outra, o ímpeto corajoso e individualista dos sulistas americanos de 150 anos atrás. Mas como os perdedores podem comemorar o início de uma guerra que matou mais americanos do que todas as guerras que os Estados Unidos participaram desde então?

As comemorações da Guerra de Secessão continuaram em Montgomery, Alabama em 17 de fevereiro de 2011. O desfile pretendia comemorar a posse de Jefferson Davis como o presidente da Confederação em 1861. O desfile começou perto do local onde Rosa Parks se recusou a ceder seu assento no ônibus a um homem branco em 1955, o que iniciou o boicote ao transporte público. Continuou pela avenida Dexter onde a Igreja Batista de Martin Luther King vivenciou momentos de lutas e resistência as violações dos direitos dos negros e que foi incendiada em 1956. O desfile seguiu pela Greyhound Station onde os Freedom Riders que protestavam contra a segregação nos ônibus interestaduais foram espancados por uma multidão de homens brancos em 1961 enquanto a polícia assistiu a tudo indiferente.¹

* pesquisador do POLITHICULT, Mestre em História pela PUC-SP.

¹ HAMPSON, Rick. Across the South, the civil war in an enduring conflict. USA Today, 17/02/2011

Além das comemorações, outra disputa significativa está ocorrendo nos tribunais. O megacentro do consumismo, o Walmart, quer expandir sua rede no local onde foram realizadas as batalhas de Wilderness da Guerra de Secessão. Os historiadores apontam esse campo como um ponto crítico para a definição da guerra. A estimativa é de que 185 mil unionistas e confederados lutaram ali por três dias em 1864. Destes, 30 mil morreram, foram feridos ou desapareceram. A guerra terminou onze meses depois. O Wilderness está perto da cidade de Bentoville, estado do Arkansas. A disputa judicial rola desde 2009 entre o National Trust for historic Preservation e o Walmart. Mas até aí, nada demais. Os historiadores querem preservar um patrimônio, um local de memória, e o Walmart, uma empresa, quer expandir seus negócios. O interessante nesse caso são as opiniões dos moradores. Um grupo não quer o Walmart e defende a manutenção do Wilderness e outro quer a expansão da rede Walmart que promete oferecer 300 empregos. O consumismo americano atenuado pela crise econômica que se desenrola desde 2008 aceita empreendimentos como este e o admira, mas estes mesmos americanos têm uma verdadeira paixão pela história nacional, pelo patrimônio e pela memória.²

A singularidade da memória da Guerra de Secessão dos Estados Unidos será abordada neste artigo de acordo com David Blight, que ao estudar os 50 anos da Guerra de Secessão explora os conceitos de memória de Pierre Nora e Michael Kammen. Desse modo, a memória é tratada como um local sagrado de potências absolutas de sentidos enquanto a história seria uma possessão da herança da identidade de uma comunidade. A memória seria propriedade e a história, interpretação. Enquanto a memória é passada através das gerações e depositada em objetos, locais sagrados e monumentos, a história é revisada e busca entender contextos e a complexidade de causas e efeitos.

A história e a memória devem ser tratadas, ainda a partir de Blight, como companheiras conflitantes na nossa busca por entender a consciência do passado. Na confluência da memória e história, encontraremos o que é excitante e problemático sobre como nações e comunidades usam o passado. Além da memória individual construímos memórias coletivas sentidas através de mitos, tradições, histórias, rituais e interpretações formais da história. O processo das sociedades e nações se lembrarem

² SZKOTAK, Steve. Walmart X Civil War site battle in court. The Associated Press, 23/01/2011

coletivamente tem uma história e seus processos enriquecem nosso entendimento da idéia de passado e nosso relacionamento com ele.

Especialmente nos Estados Unidos, “memory is usually invoked in the name of nation, ethnicity, race, religion, or someone’s felt need of peoplehood. It often thrives on grievance and on the elaborate invention of traditions; its lifeblood is mythos”³ (BLIGHT, 2002:4).

A disputa pela memória da Guerra de Secessão começou logo após o fim do conflito. A maioria dos homens da geração de 1860 estavam entranhados com os valores vitorianos de coragem e beligerância. Eles aspiravam ao individualismo e os exemplos de bravura. Em suas relações internas e com os outros, as acusações, ameaças e desafios foram uma parte da conduta geral dos sulistas, enquanto que duelos, lutas e outras formas de violência se tornaram corriqueiras atividades da vida diária.

As motivações para a beligerância dos sulistas para o historiador John H. Franklin podem ser inferidas a partir “das condições da vida de fronteira, o perigo indígena, o forte apego do povo às organizações militares e o vasto movimento de preparação nas duas décadas que precederam a guerra civil”. (FRANKLIN, 1999:11)⁴

Com relação ao estilo de vida dos sulistas em vista da instituição peculiar, como foi chamada a escravidão institucional, podemos apontar um dos mais profundos efeitos na modelagem da tradição beligerante sulista. Para todos os efeitos práticos, o senhor de escravos era a fonte da lei em sua fazenda; e, nas poucas freqüentes instâncias em que ele recorria à lei do estado para invocar seu direito sobre a propriedade humana, a interpretação e execução deste estavam em suas mãos. Assim, o fazendeiro era obrigado a reputar as armas como complemento necessário à máquina de controle.

“Circular armado de facas e armas de fogo se tornou o hábito diário de muitos senhores e capatazes. E, se os vencedores armados, em momentos de ira, às vezes voltavam suas armas um contra o

³ “memória é usualmente invocada em nome da nação, etnicidade, raça, religião ou a necessidade de alguém de pertencimento a uma comunidade. Frequentemente prospera nas queixas e na elaboração da invenção de tradições; é a vida em mitos”.

⁴ FRANKLIN, John Hope. Raça e história: ensaios selecionados (1938-1988). Rio de Janeiro: Rocco, 1999. P. 117.

outro, não era mais do que se devia esperar no meio de um aglomerado de homens armados. O governo da tirania pelo qual eles viviam alimentava, naturalmente, uma independência e auto-suficiência – somos tentados a chamá-las uma supremacia individual – que, de quando em quando, explodiam em toda fúria, em suas alterações de um contra o outro.” (FRANKLIN, 1999: 120)⁵

A partir da historiografia do período anterior a Guerra de Secessão percebe-se que o nacionalismo que acompanhou a Revolução Americana (ou Independência) incutiu no enaltecimento da participação dos estados nesse conflito mais do que na percepção do Sul como uma região com características próprias. A partir de 1840 o Sul começou a encarar o passado com um espírito menos unionista. Estavam comprometidos a perpetuar um sistema de escravidão cada vez mais condenado pelo resto do mundo ocidental e pensavam neles mesmos como tendo uma série de valores, problemas, perigos e aspirações comuns que os separavam dos outros americanos. Inevitavelmente chegavam a acreditar que tinham uma história comum e característica. Forjaram um estilo de vida peculiar para acompanhar a instituição peculiar.

Os sulistas após a guerra civil voltaram sua atenção para seu próprio passado, com uma concentração tão grande que o culto da história se tornou um ingrediente perene e fundamental da cultura sulista. Através de monumentos, sociedades patrióticas, canções, versos, celebrações comemorativas e reminiscências informais, eles conservaram diante da juventude sulista o glorioso passado recente em que o Sul se levantou no limiar da grandeza. Especialmente procuraram de fato explicar e justificar seus atos do passado aos seus contemporâneos e a posteridade, através de escritos históricos.

Um desses escritos que ficaram para a posterioridade figura os do soldado Charles Harvey Brewster. Soldado de Massachusetts, nascido em Northampton, serviu quando tinha 27 anos na Companhia C da Tenth Massachusetts Volunteers. Esse unionista deixou mais de 200 cartas enviadas a mãe e irmã durante os quatro anos de luta. Nos escritos oscila entre raiva, compaixão, desespero e coragem. Em 1880, como a maioria dos veteranos, Brewster estava pronto para a reconciliação com os veteranos confederados. Em seus escritos, ele parecia adorar reuniões dos regimentos e outras

⁵ Op. Cit. p. 120.

atividades da GAR (Grand Army of the Republic, the Union Veterans Organization). Em outubro de 1886 nas reuniões dos Blue-Gray⁶ em Gettysburg e Fredericksburg, ele escreveu aos seus filhos que “papa has had the grandest time He ever had in his life”. Sobre os veteranos confederados escreveu “of the confederate veterans, He could only marvel though we were brothers or cousins at least”. Ao estudar as cartas de Brewster, Blight considera que

“partly as tourists, partly as icons of a refurbished martial ideal, partly just as old men searching for their more active and noble youth, and partly as symbols of changelessness in a rapidly industrializing age, veterans like Brewster who had so fervently sought a sense of community in the army could now truly belong in a society building monuments – and rapidly forgetting the reality of combat and the deep racial and ideological roots of the war”⁷. (BLIGHT, 2002: 70)

A geração de veteranos logo comemorava o fim da Guerra de Secessão apreciando as honras e coragem do serviço a nação, independente do lado em que lutaram. A memória ainda fresca preferia esquecer os motivos que levaram a luta e deixavam as disputas políticas e historiográficas com esse dilema. Logo o aspecto político preferiu sancionar a segregação e legitimar o estilo de vida dos sulistas e os historiadores seguiram, em grande parte, o enaltecimento do derrotado Sul.

Uma disputa por memória interessante está na relação de Frederick Douglass e Abraham Lincoln. Duas personalidades da história americana que se tornaram figuras míticas que por causa das circunstâncias e de suas atuações transcenderam seu tempo. Ambos servem para validar, ignorar ou confrontar perspectivas históricas e atuais. Frederick Douglass, escravo na infância e intelectual na vida adulta foi um ícone entre os mais ferrenhos defensores da abolição e um dos mais influentes intelectuais dos

⁶ Azuis e cinzas, cores dos uniformes dos unionistas e confederados respectivamente, e como ficaram conhecidas as reuniões dos veteranos.

⁷ “parte como turistas, parte como ícones de um novo modelo marcial de ideal, parte apenas como velhos homens buscando por sua mais ativa e nobre juventude, e parte como símbolos de uma era de rápida mudança industrial, veteranos como Brewster que tinham tão fervorosamente sentido um senso de comunidade no exército poderiam agora realmente pertencer a uma sociedade erigida por monumentos – e rapidamente esquecer a realidade do combate e a profunda e ideológica raiz racial da guerra”

radicais americanos. Abraham Lincoln, um pragmático advogado, lidou com uma guerra civil logo que se elegeu presidente dos Estados Unidos, apesar de seu discurso conciliatório.

Lincoln e Douglass se encontraram algumas vezes e compartilhavam certos interesses em relação aos destinos dos emancipados. Antes da emancipação, Douglass atacou Lincoln por prorrogar a escravidão. Na posse do segundo mandato de Lincoln em 4 de março de 1865 seu discurso proferiu que a causa da Guerra foi a escravidão, e a consequência a emancipação dos escravos. Antes do discurso, Lincoln consultou Douglass, o expoente intelectual da emancipação que acreditava que a guerra civil destruiria a escravidão e reinventaria a república americana baseada no princípio de igualdade racial. Com o fim da guerra, Douglass contribuiu muito para a mitologia em torno de símbolo de Lincoln, o presidente martirizado, e entendeu que sustentar a imagem do presidente como o mártir da emancipação sustentaria a liberdade e igualdade dos negros. Logo após o assassinato de Lincoln em 1865, Douglass proferiu um discurso que enalteceu as conquistas do presidente

*“no class of people... have better reason for lamenting the death of Abraham Lincoln, and for desiring to... perpetuate his memory, than have the colored people. (...) as compared to the long line of his predecessors, many of whom were merely the... servile instruments of the Slave Power, Abraham Lincoln, while unsurpassed in his devotion to the welfare of the white race, was in a sense hitherto without example, emphatically, the black man's President: the first to show any respect to their rights as men.”*⁸ (BLIGHT, 2002: 83)

No discurso de Douglass em 1876 no Freedmen's Memorial Monument em Washington, a disputa pelos direitos civis dos emancipados estava em jogo. O Sul estava se reerguendo da devastação da guerra e da Reconstrução. Os sulistas conseguiam ocupar cargos políticos centrais e segregar os negros. Douglass percebeu que o momento do discurso seria oportuno para perpetuar as conquistas da emancipação. Ele admitiu que Lincoln não pretendeu emancipar os escravos no

⁸ “nenhuma classe... tem maiores razões para lamentar a morte de Abraham Lincoln, e por desejar... perpetuar sua memória, do que tem as pessoas de cor (...) comparado com a longa linhagem de seus predecessores, muitos dos quais eram meros ... instrumentos servis do Poder dos Escravocratas, Abraham Lincoln, insuperável em sua devoção ao bem estar da raça branca, foi em certo sentido até agora sem exemplo, enfaticamente, o presidente do homem negro: o primeiro a demonstrar algum respeito a seus direitos como homens.”

primeiro ano da guerra e invocou os negros a lutar pelos seus direitos. Se dirigiu aos brancos como “you are the children of Abraham Lincoln” e aos negros como “we are at best only his step-children; children by adoption, children by forces of circumstances and necessity” (BLIGHT,2002: 85)

As comemorações dos 50 anos da batalha de Gettysburg em 1913 giraram em torno das reminiscências da Guerra como uma tragédia que levou a uma maior união e coesão nacional e em honra aos soldados que se sacrificaram para salvar uma problemática, mas essencialmente boa nação. As crises de uma nação dividida em torno da escravidão, definições trabalhistas, liberdade, economia política e o futuro dos territórios do Oeste foram deixados de lado.

Depois de 50 anos, o país tinha seu primeiro presidente sulista, Woodrow Wilson. Sua administração implantou um programa agressivo de segregação racial nos departamentos públicos. Um dia após seu discurso em Gettysburg em 1913, a segregação oficial nos correios começou e depois seguiu a todos os espaços públicos.

A Causa Perdida do Sul na Guerra de Secessão tornou-se um mito. Seu apelo foi sentido nacionalmente. A defesa dos sulistas era de que lutaram pela soberania dos estados e pela diferença intrínseca entre brancos e negros. Os nortistas logo após o fim da Guerra consideraram que esse direito era inato a todos os americanos. A individualidade, o ímpeto pessoal e a defesa pelas diversas formas de independência reconciliaram os antigos adversários. Encontraram nessa identidade comum seu esteio. No entanto, as leis segregacionistas foram a vitória do Sul. O Norte comprovou depois da Guerra que a luta, mesmo que por alguns momentos e para alguns congressistas radicais, não era a favor dos emancipados e sim, a favor da União dos estados. Uma memória coletiva dos sulistas como vítimas e sobreviventes em seu estilo de vida forjou, em grande parte, uma identidade em comum para que os americanos pudessem cicatrizar as feridas abertas da guerra em torno do ideal WASP. A América seguiria unida com os mesmos ideais, uma nação formada e dirigida por White anglo-saxon protestants. Em grande parte, a tendência americana foi dissolver as raízes do conflito que levou a Guerra e constantemente relembrar essa experiência como unificadora.

A marcha de Washington em 1963 que comemorava o aniversário de 100 anos da Proclamação de Emancipação não poderia ser mais emblemática e poderosa. O mito se criou no local e tempo exatos. Martin Luther King proferiu seu famoso discurso “I have a dream” em que demandava num tom nostálgico o sonho de uma América sem preconceitos e que proporcionasse os direitos civis a todos os seus cidadãos. E mais significativo, que proporcionasse o sonho americano, ou seja, a identidade americana em torno de termos como individualidade, democracia, liberdade e progresso, a todos que lutassem por ela.

No centésimo aniversário do início da Guerra de Secessão, o presidente católico John Kennedy superava expectativas num país que elegeu até o momento somente brancos protestantes. O país estava em convulsão na década de 60 do século XX. O movimento pela defesa dos direitos civis dos negros era apoiado por estudantes universitários e simpatizantes brancos do Norte que enfrentavam ameaças e violência crescente. Os Freedom Riders apoiados pelo Procurador Geral Robert Kennedy conseguiram o fim da segregação nos meios de transporte. Em 1962, tropas federais entraram em Oxford, Mississippi, onde a violência da multidão e a resistência do governador ameaçavam impedir que um aluno negro, James Meredith, estudasse na universidade estadual. Uma ameaça semelhante no Alabama também foi superada pela administração dos Kennedy e o fim da segregação universitária começou em todos os estados.

Durante esses anos críticos, a memória da Guerra de Secessão entrou em colapso quando os negros finalmente conseguiam seus direitos civis e os simpatizantes dos confederados viam sua “vitória” ameaçada. A segregação era a bandeira daqueles que insistiam em uma vitória moral dos confederados e o governo de Kennedy favorável a encorajar os movimentos sociais em prol dos direitos civis era sua maior ameaça. Os Estados Unidos não encontravam uma identidade comum. Alguns queriam o país dos brancos e empreendedores individuais, unidos pelo apreço a coragem beligerante, o individualismo e a independência política; outros comungavam do “americanismo” idealista de Luther King, um país democrático, livre e uno. As resistências violentas as conquistas do movimento dos direitos civis explodiam. Em Birmingham, Alabama, foram usados cães policiais contra manifestantes, e quatro moças negras morreram quando uma igreja sofreu um atentado a bomba, em Jackson, Mississippi, Medgar

Evers, secretário da NAACP, foi assassinado em sua casa. Por todo o baixo Sul aumentavam rapidamente os atos de violência branca impune contra negros e suas propriedades. Em 1964 o projeto de lei dos direitos civis de Kennedy foi aprovado no Congresso.

No aniversário de 50 anos da Guerra de Secessão, o presidente era sulista e consolidou a segregação racial; já no centenário, o católico Kennedy aprovou a lei dos direitos civis. E nas duas maiores conquistas institucionais dos negros nos Estados Unidos, com Lincoln e Kennedy, o assassinatos de ambos serviram para dramatizar sua luta. Já no aniversário de 150 anos, o presidente é um negro. Poderíamos terminar esse artigo com um sentido de progresso, mas não é simples assim. Barack Obama conseguiu o posto mais alto no escalão americano e a consolidação dos direitos civis parece estar finalmente concretizada. Já o movimento *tea bagger* e outros republicanos não querem dar o braço a torcer. Constantemente Obama é acusado de ser *unamerican*, ou seja, não americano. Preconceito politicamente correto, alguns republicanos usualmente o acusam de não ser americano por não ter morado a vida inteira no país ou por ser socialista ao invés de simplesmente usar o velho preconceito contra os negros. A memória da Guerra de Secessão, pelas notícias apresentadas acima, parece continuar girando em torno do vazio.

*“Explanations of the meaning and memory of the Civil War – whether expressed in fiction, monuments, historiography, movies, politics, journalism, public schooling, veterans’ organizations, the strongly gendered attractions of war-gaming, tourism or reenactments – have, intentionally or not, provide a means of assessing the illusive question of national self-definition in America. By and large, the legions of Americans who transmit a fascination for the civil war across generations still prefer the drama of the immediate event to discussions of causes and consequences, they continue to be enthralled with the fight as much, if not more, than its meanings”*⁹. (BLIGHT, 2002: 124)

⁹ “explicações sobre o significado e a memória da guerra civil – seja quando expressado em ficção, monumentos, historiografia, filmes, políticas, jornalismo, educação pública, organizações de veteranos, atrações de jogos de guerra, turismo ou encenações – tem, intencionalmente ou não, proporcionado meios de acessar a alusiva questão nacional de auto-definição da América. Em grande parte, as legiões de americanos que transmitem uma fascinação pela guerra civil através de gerações ainda preferem o drama do evento imediato a discussões de causas e conseqüências, eles continuam encantados com a luta por si, se não até mais, do que seus significados.

Os desfiles e bailes florescem por todo o baixo Sul dos Estados Unidos. A american ingenuity, ou o empreendedorismo individual americano, alçado pelo Walmart, ameaça destruir o passado idealizado de americanos mais nostálgicos. Mas e o presidente negro, o que terá a falar?

Bibliografia

BLIGHT, David W. *Beyond Battlefield: race, memory and the American Civil War*. University of Massachusetts Press: Amherst & Boston, 2002

BLIGHT, David W. *Race and Reunion: the civil war in American memory*. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2001.

FRANKLIN, John Hope. *From slavery to freedom. A history of negro Americans*. New York: Alfred A. Knopf, 1980.

FRANKLIN, John Hope. *Raça e história*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1999.

KAZIN, Michael e MCCARTIN, Joseph A. (org.) *Americanism: new perspectives on the history of an ideal*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006.

KING, Martin Luther. *Os melhores discursos de Martin Luther King: um apelo a consciência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2006.

ROBERTSON, James Oliver. *American myth, american reality*. New York: Hill & Wang, 1980.

SELLERS, Charles; MAY, Henry e MCMILLEN, Neil R. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor.